



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Visitas a escolas

Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar

RELATÓRIO

13-14 de abril de 2015



Visitas do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar a escolas

Relatório

Objetivo das visitas

O Grupo de Trabalho (GT) da Indisciplina em Meio Escolar foi constituído na 3.^a Sessão Legislativa e tem como mandato analisar o fenómeno da indisciplina em meio escolar, no âmbito da escolaridade obrigatória, bem como as suas causas e estratégias de prevenção e superação.

O Plano de Atividades do GT para a 4.^a Sessão Legislativa inclui, para além da realização de um conjunto de audições a várias entidades e de uma conferência, o contacto, no terreno, com a realidade das escolas e seus agentes educativos, com o objetivo de proceder ao levantamento de eventuais problemas e dificuldades com que se debatem, bem como das experiências em curso.

Programa

13.abril.2015

- 11h00 Visita e reunião no Agrupamento de Escolas Rodrigues Freitas
Morada: Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas
Praça Pedro Nunes - Porto
- 15h00 Visita e reunião no Agrupamento de Escolas Dr. Costa Matos
Morada: Escola Básica Dr. Costa Matos
Rua José Fontana - Vila Nova de Gaia

14.abril.2015

- 10h30 Visita e reunião no Agrupamento de Escolas de Caneças
Morada: Escola Secundária de Caneças



Rua da Escola Secundária - Caneças

Síntese da visita e reunião de trabalho no Agrupamento de Escolas Rodrigues Freitas

Delegação da Assembleia da República:

- Deputado Rui Pedro Duarte (PS - Coordenador do GT)
- Deputada Conceição Caldeira (PSD)
- Deputado João Prata (PSD)
- Deputada Adelaide Canastro (PSD)
- Deputada Maria José Castelo Branco (PSD)
- Deputada Sandra Pontedeira (PS)
- Deputado Agostinho Santa (PS)
- Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP)
- Deputada Diana Ferreira (PCP)
- Deputado José Soeiro (BE)
- Assessora da Comissão: Cristina Tavares

Delegação do Agrupamento de Escolas Rodrigues Freitas:

- Diretora: Dra. Maria José Ascensão
- Subdiretora: Dra. Cristina Sá
- Adjunta de Direção: Dra. Alexina Ramalho
- Dra. Catarina Agante e Dra. Andreia (psicólogas)
- Dra. Cristina Caires (Gabinete de Mediação de Conflitos)
- Dr. Eurico Mateus (animador sociocultural)
- Dra. Marina Costa (assistente social)
- Dra. Berta Lima e Ana Maria Magalhães (Departamento Municipal de Educação)
- Dra. Clara (Centro de Saúde)

A Sra. Diretora apresentou as boas-vindas à delegação de Deputados e felicitou-os pela iniciativa e, conjuntamente com os membros da comunidade educativa ali presentes, fez uma breve caracterização do Agrupamento, nomeadamente no que se refere à oferta formativa, características, número de alunos, funcionamento, serviços, projetos, áreas prioritárias de intervenção, linhas de ação e recursos humanos. Esta informação pode ser consultada num documento que se encontra disponível na [página internet do Grupo de Trabalho](#).

O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar, Deputado Rui Pedro Duarte, começou por agradecer a disponibilidade da direção para colaborar com o Grupo de Trabalho e fez uma breve síntese dos propósitos da reunião, sublinhando que as realidades muito díspares do Agrupamento constituem, certamente, um desafio para quem comanda os destinos da instituição.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Colocou, de seguida, algumas questões, nomeadamente quanto à flexibilidade e exequibilidade do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, sobre o envolvimento dos pais na vida escolar dos seus educando e ainda sobre a formação inicial e contínua de professores.

A Sra. Deputada Conceição Caldeira (PSD) cumprimentou todos os presentes e colocou também algumas questões, designadamente sobre a fronteira entre indisciplina e violência, sobre um eventual aumento dos casos de indisciplina e violência, sobre eventuais constrangimentos à aplicação do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, sobre a formação do pessoal não docente, na área da gestão de conflitos, sobre o número de técnicos no Agrupamento e ainda sobre a forma como se pode trabalhar a proximidade, quando se verifica uma grande dispersão de equipamentos.

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) referiu-se à participação dos pais na vida escolar dos seus filhos, que é, em regra, diminuta, e lembrou uma proposta apresentada por jovens, no âmbito dos debates do programa Parlamento dos Jovens, no sentido de ser facultada formação aos encarregados de educação.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu a disponibilidade e defendeu que a questão da indisciplina não está dissociada das condições sociais e económicas em que o país se encontra e exige uma resposta ampla e integrada e que tenha em conta as condições dos alunos e respetivas famílias. Colocou, de seguida, algumas questões, nomeadamente sobre o número de psicólogos, número de professores do quadro, número de funcionários com Contratos Emprego Inserção e número de alunos com escalão A e B.

A Sra. Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) saudou todos os presentes e sublinhou o papel das famílias no acompanhamento dos seus educando, bem como os desafios que se colocam hoje à escola, que exigem o estabelecimento de parcerias, que considerou muito importantes. Colocou, de seguida, algumas questões, em especial sobre o envolvimento dos pais na vida escolar dos seus educandos e sobre o tipo de formação inicial e contínua de professores que preconizam, dado que os desafios e as dificuldades dos profissionais são hoje diversos e exigem novas competências.

O Sr. Deputado José Soeiro (BE) agradeceu a disponibilidade e questionou os presentes sobre o que está a falhar nas escolas e sobre o que está a dificultar o trabalho com os alunos. Terminou, perguntando sobre as medidas que sugerem, no plano legislativo e executivo, no sentido de dirimir ou diminuir o problema da indisciplina e violência.

O Sr. Deputado João Prata (PSD) colocou algumas questões, nomeadamente sobre o modo de funcionamento do gabinete de mediação de conflitos, sobre a eventual justificação para a fraca participação dos pais na vida escolar dos seus educandos, sobre a relação entre o número de alunos por turma e o fenómeno da indisciplina, sobre o Estatuto do Aluno e Ética Escolar e sobre se existem problemas de articulação entre os vários técnicos, que são hoje altamente qualificados.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Sr. Deputado Agostinho Santa (PS) perguntou se é possível identificar boas práticas ou medidas diferenciadoras no Agrupamento e se este tem revelado capacidade de deteção e acompanhamento de fenómenos de *bullying* ou violência. Questionou sobre a forma como reportam os casos de indisciplina violenta e sobre o modo como o Ministério da Educação e Ciência responde a estas situações e perguntou, por último, se se sentem confortáveis com a retaguarda de que dispõem para estes casos.

A Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS) agradeceu a disponibilidade e pediu a opinião dos presentes sobre as vantagens de se dispor de um conjunto de técnicos nas escolas ou, pelo contrário, de se recorrer ao reforço de técnicos nas redes sociais, com os quais as escolas articulam.

Respondendo às questões e relativamente à temática da indisciplina, foram referidos, pela Sra. Diretora e pelos restantes intervenientes ali presentes, em síntese, os seguintes aspetos:

- O Agrupamento está incluído no programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), por ter agregado com o Agrupamento de Escolas de Miragaia, que era TEIP, e que tem necessidades diferenciadas da escola sede, por receber alunos provenientes de meios mais desfavorecidos e, conseqüentemente, com situações problemáticas do ponto de vista social.
- A escola tem procurado promover uma maior participação dos encarregados de educação na vida da escola, estando a desenvolver o projeto “Escola de Pais”, em que se procura uma abordagem de temas do seu interesse. Nem sempre conseguem a participação dos pais, mesmo nas situações mais problemáticas, sendo que muitas vezes se recorre a sessões impostas, através do apoio dos centros sociais e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).
- A preparação e formação de professores e pessoal não docente na área da mediação de conflitos é fundamental para uma abordagem qualificada e adequada, pelo que esta temática tem sido incluída nos planos de formação do Agrupamento, pese embora sem uma grande recetividade por parte do pessoal não docente.
- Ao nível da formação inicial, é indispensável providenciar as competências básicas para prevenir situações de indisciplina e lidar com os casos que surgem.
- O Agrupamento tem um contrato de autonomia mas considera que a autonomia se encontra mitigada, por não permitir sequer a escolha de um professor.
- A questão da indisciplina deve ser trabalhada desde o 1.º ciclo e o projeto BeatBullying, no qual o Agrupamento participou (mas cujo corte do financiamento impediu a continuidade), permite a formação de jovens mediadores, que funcionam como sinalizadores mas também como pacificadores.
- Relativamente ao número de técnicos, não são suficientes, recorrendo o Agrupamento a parcerias – centros sociais - para dar resposta às necessidades, nomeadamente nas questões da área da Psicologia. O Agrupamento conta com um psicólogo do quadro e com quatro técnicos (pelo facto de ser TEIP): um assistente social, um animador sócio cultural, um técnico de educação social e um psicólogo. Mantem ainda parecerias



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

empresariais no âmbito do programa EPIS, que lhe permite dispor de mais um psicólogo.

- O Agrupamento não tem qualquer funcionário com Contrato Emprego Inserção.
- 40% dos alunos têm apoio da ação social escolar, sendo que em Miragaia são 80%.
- É fundamental existir uma parceria entre os professores e os outros profissionais para fazer face aos problemas de indisciplina e violência. Sozinho, o professor não consegue resolver as situações mais complexas.
- As novas tecnologias estão na origem de muitas das situações de conflito na sala de aula, sendo que os fenómenos de indisciplina têm hoje uma forte componente de visibilidade.
- A colocação atempada de professores é fundamental para o início sereno do ano letivo e para a prossecução de muitos dos projetos iniciados em anos anteriores.
- As escolas não têm tempo para se apropriarem, de forma adequada, da legislação avulsa que vai sendo publicada e das mudanças vertiginosas que daí decorrem para as escolas. É fundamental avaliar experiências e corrigir erros.
- Existem ambições desmedidas em termos curriculares, que comprometem o essencial. O mesmo se passa relativamente às questões burocráticas e ao elevado número de plataformas eletrónicas, que exigem muito tempo, tornando difícil a gestão diária das escolas.
- Para a eficácia e agilização da intervenção, é fundamental garantir a estabilidade dos técnicos. Por outro lado, a criação de equipas multidisciplinares permite que os alunos sejam direcionados e avaliados pela equipa técnica, que define o tipo de intervenção na escola, em articulação com a intervenção dada à família.
- O que falta é a ligação entre Ministérios e o mapeamento entre as várias entidades.
- Não há qualquer estrutura no Ministério da Educação que substitua o Gabinete de Segurança Escolar, que foi extinto, e a quem reportavam as ocorrências. Sente-se agora a falta de uma retaguarda, para além de não existir uma “fotografia” atualizada do que se passa.
- Não se compreende para que servem as Direções de Serviço Regionais.

O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho, Deputado Rui Pedro Duarte, agradeceu a todos a presença e o trabalho que desenvolvem diariamente nas escolas e endereçou um convite para participarem na Conferência que o Grupo de Trabalho vai levar a cabo, na Assembleia da República, e que pretende constituir o culminar da sua atividade.

Síntese da visita e reunião de trabalho no Agrupamento de Escolas Dr. Costa Matos – Vila Nova de Gaia

Delegação da Assembleia da República:

- Deputado Rui Pedro Duarte (PS - Coordenador do GT)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Deputada Conceição Caldeira (PSD)
- Deputado João Prata (PSD)
- Deputada Adelaide Canastro (PSD)
- Deputada Sandra Pontedeira (PS)
- Deputado Agostinho Santa (PS)
- Deputada Diana Ferreira (PCP)
- Assessora da Comissão: Cristina Tavares

Delegação do Agrupamento de Escolas Dr. Costa Matos:

- Diretor: Dr. Filinto Lima
- Adjunto: Dr. Adelino Alves
- Presidente do Conselho Geral
- Representante da Associação de Pais – Sr. Moura
- Representante da Associação de Estudantes – Pedro Magalhães
- Projeto + Educação - Professora Eunice Peixoto
- Serviço de Psicologia e Orientação – Dra. Mónica
- Coordenador Assistentes Operacionais - Sr. Ilídio
- Escola Segura - Subcomissário Jorge Teixeira
- Delegação de Vila Nova de Gaia da Cruz Vermelha Portuguesa - Dra. Veneranda Carneiro

O Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. Costa Matos começou por apresentar as boas-vindas à delegação de Deputados e agradecer a visita e fez, de seguida, uma breve apresentação, que se encontra disponível na [página internet da Comissão](#).

O Sr. Deputado Rui Pedro Duarte agradeceu a pronta disponibilidade para acolherem a delegação de Deputados e felicitou pelo trabalho que desenvolvem e pelos prémios arrecadados. Deu conta dos principais objetivos da visita, que resumiu em três aspetos fundamentais que, eventualmente, deverão ser objeto de revisão:

- Aplicação prática do Estatuto do Aluno e Ética Escolar;
- Formação inicial e contínua de docentes e não docentes;
- Papel dos docentes com toda a comunidade escolar no quadro das políticas educativas.

A Sra. Deputada Conceição Caldeira (PSD) saudou o Sr. Diretor do Agrupamento pela forma entusiasta como efetuou a apresentação e felicitou-o pelos prémios atribuídos. Colocou, de seguida, algumas questões, nomeadamente sobre a sua perceção em termos de indisciplina e de um eventual aumento. Perguntou ainda se as escolas dispõem de autonomia para utilizarem o Estatuto do Aluno e Ética Escolar ou se se trata de um instrumento muito restritivo, e questionou ainda sobre as estratégias utilizadas pelo Agrupamento para envolver todas as entidades e sobre a forma de preparação do pessoal não docente para a questão da gestão de conflitos.

A Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS) cumprimentou os presentes e saudou-os pelo trabalho que desenvolvem. Questionou sobre a forma como os alunos perspetivam a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

indisciplina e quis ainda saber de que forma os professores lidam com este fenómeno. Questionou os assistentes operacionais, sobre se se sentem habilitados ou se entendem que têm falta de formação. Perguntou ainda se a legislação produzida é suficiente e eficaz para combater a indisciplina e terminou, questionando sobre a forma como a escola trabalha com os técnicos exteriores à escola e sobre a forma como deverá funcionar esta articulação.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) saudou os presentes e considerou que o problema da indisciplina não pode ser dissociado das atuais condições socioeconómicas das famílias, entendendo que a prevenção assume um papel fundamental. Defendeu a necessidade de investimento em meios humanos e disse acompanhar a necessidade de estabilidade do corpo docente, como referido. Considerou ainda inaceitável que o número de Contratos Emprego Inserção seja superior ao dos assistentes operacionais no Agrupamento e colocou algumas questões, designadamente sobre se o número de psicólogos – dois, para seis escolas e 2200 alunos – responde às necessidades das escolas, sobre o número de alunos nos escalões A e B, sobre o tipo de apoio facultado a estes alunos, sobre o número de alunos com necessidades educativas especiais, sobre o número de professores de Educação Especial e sobre o número de técnicos e ainda sobre a participação dos pais na vida escolar.

O Sr. Deputado Agostinho Santa (PS) congratulou-se com o envolvimento de todos na procura de bons resultados e colocou, de seguida, algumas questões, nomeadamente sobre a forma como o Agrupamento se organiza em relação à deteção de sinais de indisciplina violenta, sobre se existem medidas e condições para um trabalho colaborativo entre docentes, e ainda sobre as lideranças intermédias e a componente de supervisão pedagógica. Questionou ainda sobre o Projeto + Educação e, em especial, sobre a incidência dos episódios e sua evolução e sobre as medidas que entendem dever ser implementadas ou disseminadas. Terminou, perguntando se o aprofundamento da autonomia poderia contribuir para uma diminuição dos casos de indisciplina e violência e se têm a quem reportar os casos e ainda sobre se existe análise e monitorização dos mesmos.

A Sra. Deputada Adelaide Canastro (PSD) cumprimentou os presentes, afirmando que o Agrupamento é uma referência em Gaia. Perguntou se têm atualmente muitos casos de indisciplina e se existe uma forma padronizada de atuação, tendo em conta que os critérios diferem, muitas vezes, consoante os professores ou os assistentes operacionais envolvidos.

A Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD) saudou os presentes e questionou sobre a forma de colocação de técnicos de Língua Gestual Portuguesa, sobre o modo como é elaborado o regulamento interno, sobre a regularidade das intervenções da PSP e sobre as dificuldades sentidas.

Respondendo às questões colocadas, o Sr. Diretor do Agrupamento referiu-se ao excesso de produção legislativa e à necessidade de um pacto na área da educação. Fez alusão a algumas medidas tomadas por este Governo e pelo anterior, que considerou muito negativas e que trouxeram mau ambiente para as escolas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

No que concerne ao Estatuto do Aluno e Ética Escolar, defendeu a eliminação das coimas aí previstas e considerou que os processos disciplinares devem ser mais céleres e menos burocráticos, devendo prever-se formação para os professores instrutores. Considerou fundamental o envolvimento de toda a comunidade escolar, esclarecendo que os documentos do Agrupamento são negociados e resultam da participação de todos.

Defendeu o investimento em assistentes operacionais, e mais concretamente a abertura de concurso, lembrando que o último ocorreu há 8 anos e que os Contratos Emprego Inserção só podem permanecer na escola por um ano, o que não se afigura positivo. Referiu-se ainda ao importante papel dos psicólogos e dos técnicos, lembrando que estamos ainda longe dos rácios de outros países e chamando a atenção para o facto de um dos psicólogos do Agrupamento estar afeto ao PIEF.

Manifestou-se ainda contra o calendário dos exames nacionais dos 4.º e 6.º anos, entendendo que perturba o funcionamento da escola, para além de exigir o cumprimento dos programas a meio do terceiro período.

A Coordenadora do Projeto + *Educação* fez uma breve apresentação do projeto, sublinhando que dois psicólogos são manifestamente insuficientes, existindo alunos que não chegam sequer a ser avaliados.

O representante da Associação de Pais apresentou as boas-vindas à delegação e afirmou que a Associação consegue ter um papel interventivo na escola, pelo facto de a direção considerar os pais como parceiros, pelo que cooperam e fazem habitualmente parte das soluções. Fez referência às várias iniciativas que desenvolvem, de forma a aproximar os pais da escola, por entenderem que uma maior aproximação permite identificar e reconhecer mais facilmente os problemas. Terminou, reconhecendo que o pessoal não docente pode desempenhar um importante papel na prevenção dos fenómenos de indisciplina nas escolas.

A representante da Cruz Vermelha Portuguesa referiu-se à parceria que aquela instituição mantém com a escola, que visa colmatar falhas e que não se cinge ao apoio aos alunos do PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação. Essa cooperação estende-se, por exemplo, aos estágios dos alunos com necessidades educativas especiais. Terminou, sublinhando a diferença daquele Agrupamento em relação aos restantes, entendendo que se deve à competência e ao empenho da direção do Agrupamento, que tudo faz para desburocratizar e para agilizar a interação e a cooperação.

A Dra. Mónica, do Serviço de Psicologia e Orientação, lamentou que não haja sequer um psicólogo afeto ao Agrupamento, sendo que todos os anos têm de abrir concurso, o que impede a continuidade do trabalho. Esclareceu que foram efetuadas 177 sinalizações e terminou realçando a importância de criar sinergias e de articular com os parceiros, para dar resposta às necessidades do Agrupamento.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Coordenador dos Assistentes Operacionais congratulou-se com a aposta do Agrupamento na segurança dos recreios, através de dois seguranças permanentes e com intercomunicador, lembrando que são poucos assistentes e com várias funções a desempenhar.

O representante da Escola Segura deu conta do modo como são efetuados os contactos com as escolas e frisou a importância de se investir na prevenção, referindo que a sua intervenção inclui também ações de formação, que atingiram as 2.500 a nível nacional.

O representante da Associação de Estudantes disse assistir a comportamentos inadequados na escola e realçou o papel do projeto + Educação, afirmando que tem contribuído para a diminuição dos casos de agressão, violência, bullying. Destacou ainda o papel dos professores e dos assistentes operacionais no combate a fenómenos de indisciplina e violência.

O Presidente do Conselho Geral considerou que a forma de atuação da escola tem mudado, com a colaboração dos encarregados de educação, sendo agora uma intervenção mais global e mais integrada. Afirmou ainda que tem diminuído a frequência dos incidentes, sobretudo os mais graves, a que atribuiu a um melhor ambiente.

O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho, Deputado Rui Pedro Duarte, agradeceu a todos a presença e o trabalho que desenvolvem diariamente nas escolas e endereçou um convite para a Conferência que o Grupo de Trabalho vai levar a cabo na Assembleia da República, no dia 20 de maio, e que pretende constituir o culminar da sua atividade.

Síntese da visita e reunião de trabalho no Agrupamento de Escolas de Caneças

Delegação da Assembleia da República:

- Deputado Rui Pedro Duarte (PS - Coordenador do GT)
- Deputada Conceição Caldeira (PSD)
- Deputado João Prata (PSD)
- André Pardal (PSD)
- Deputada Sandra Pontedeira (PS)
- Inês Teotónio Pereira (CDS-PP)
- Assessora da Comissão: Cristina Tavares

Delegação do Agrupamento de Escolas de Caneças:

- Diretor: Dr. Fernando Costa
- Subdiretora: Dra. Dora Pinheiro
- Presidente da Associação de Pais
- Vereadora da Educação da Câmara Municipal de Odivelas
- Presidente do Conselho Geral



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Representantes do Gabinete de Gestão Disciplinar
- Representantes do Serviço de Psicologia e Orientação
- Coordenadora do Projeto SEI
- Professores do 1.º ciclo

O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho agradeceu a disponibilidade para acolherem a delegação de Deputados e apresentou os objetivos da visita, que se prendem com as preocupações relativamente à temática da indisciplina em meio escolar, nomeadamente no que se refere a:

- Formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente na área da mediação de conflitos;
- Aplicação do Estatuto do Aluno e Ética Escolar;
- Envolvimento dos pais na vida escolar dos seus educandos.

A Sra. Deputada Conceição Caldeira (PSD) cumprimentou os presentes e considerou fundamental o envolvimento das famílias, pelo que perguntou se a escola incentiva a participação dos pais e, nesse caso, a que estratégias recorre para o conseguir. Questionou sobre eventuais dificuldades na aplicação do Estatuto do Aluno e Ética escolar, sobre a evolução do número de casos de indisciplina/violência no Agrupamento, sobre os mecanismos que utilizam para atender aos focos de indisciplina, sobre a formação dos assistentes operacionais na área da mediação de conflitos e terminou, perguntando de que forma a Assembleia da República pode contribuir para resolver o problema da indisciplina nas escolas.

A Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS) saudou os presentes e referiu-se aos problemas com que se confrontam as escolas e que são diferentes aos de há uns anos atrás. Questionou sobre a forma como a escola está organizada para a deteção e tratamento dos casos de indisciplina, sobre a eventual necessidade de alteração da legislação para responder a esta problemática, sobre a forma de articulação da escola com a rede social e ainda sobre a forma como os alunos perspetivam este fenómeno. Terminou, perguntando a quem reportam as situações e ainda se sentem que os professores e os assistentes operacionais têm competência para lidar com estas situações.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) cumprimentou os presentes e colocou algumas questões, nomeadamente sobre uma eventual relação entre o envolvimento e a participação das famílias e o fenómeno da indisciplina, sobre a influência do calendário escolar nos casos de indisciplina, isto é, se se registam mais casos no final dos períodos letivos. Terminou, perguntando se a autonomia de que dispõem é suficiente para implementar as estratégias da escola e questionou ainda sobre a eventual necessidade de formação, por parte do pessoal docente e não docente.

O Sr. Deputado André Pardal (PSD) saudou os presentes e colocou várias questões, em especial sobre o que pode ser melhorado na escola, neste âmbito, sobre a eventual influência da diversidade de ambientes sócio económicos dos alunos na sua convivência diária e sobre as



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

ferramentas de que a escola dispõe para combater os fenómenos de indisciplina e violência. Terminou, questionando sobre a relação da direção da escola com o a Câmara Municipal, as juntas de freguesia e a PSP, e ainda sobre a relação entre alunos de diferentes vias profissionais.

O Sr. Deputado João Prata (PSD) agradeceu a presença de todos e colocou um conjunto de questões, designadamente sobre o ano ou os anos em que se verifica maior número de ocorrências, sobre as dificuldades sentidas pelos pais e encarregados de educação quanto à sua participação na escola e medidas que propõem para ultrapassar este problema. Pediu ainda informações sobre o funcionamento e a operacionalização do Projeto Sucesso + e sobre o acompanhamento das crianças institucionalizadas. Concluiu, perguntando se o número de alunos por turma constitui um problema, se os recursos humanos são suficientes e ainda sobre a forma como é feito o acompanhamento e o apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

O Sr. Diretor do Agrupamento agradeceu a iniciativa da Assembleia da República, que considerou muito significativa, e manifestou total disponibilidade para colaborar e responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados. Assim, referiu o seguinte:

- O Agrupamento de escolas tem aprofundado o relacionamento com a Câmara Municipal de Odivelas;
- Têm surgido algumas dificuldades com as crianças institucionalizadas na Obra do Padre Abel, decorrentes da alteração da tutela da instituição, nomeadamente no que se refere à falta de apoio e de acompanhamento afetivo e à falta de interlocutores, apesar de a instituição ter vários técnicos. A integração destes alunos na escola e depois nas turmas é efetuada gradualmente, com o apoio de professores e técnicos da escola.
- Há necessidade de uma rede efetiva e estável de psicólogos, dada a importância do seu trabalho, que é, lamentavelmente, interrompido em cada ano;
- O Agrupamento despende entre 7.000€ e 8.000€ em refeições a alunos carenciados;
- O Projeto SEI, promovido pela autarquia de Odivelas, destinado a alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, constitui uma mais valia para a escola, assentando num trabalho de acompanhamento e mediação escolar, em estreita articulação com os diretores de turma/ conselhos de turma e com as famílias, com o objetivo de promover o sucesso educativo e a integração dos alunos sinalizados;
- O projeto “Sucesso Mais” tem-se revelado muito benéfico, não apenas para os alunos - melhoria dos resultados escolares, do comportamento e da sua relação com a escola - como também para os pais - estabeleceram uma relação muito mais próxima com a escola, participando mais esclarecidamente e mais ativamente no acompanhamento da vida escolar dos seus filhos/educandos. Este tipo de metodologia implica da parte do conselho de turma, comum a um conjunto de turmas do mesmo ano, um acompanhamento mais próximo e partilhado dos alunos, uma vez que reúne com mais frequência no sentido de tomar decisões e definir estratégias;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- O Estatuto do Aluno e Ética Escolar não constitui impedimento para se agir disciplinarmente. Deveria, todavia, ser menos normativo e prever consequências para a falta de participação dos pais;
- A formação inicial e contínua é um aspeto fundamental a ter em conta.
- Perante à ausência de formação, por parte do Ministério da Educação e Ciência, a autarquia tem efetuado alguma formação aos assistentes operacionais.
- Não há mecanismos de substituição dos assistentes operacionais, mesmo em caso de baixa médica, o que causa sérios problemas às escolas. Ainda sobre os assistentes operacionais, os rácios não são cumpridos.

A Presidente da Associação de Pais referiu-se à falta de envolvimento de alguns pais na vida escolar dos seus educandos e fez ainda alusão aos comportamentos de indisciplina que se têm verificado na escola, e que não existiam antes, entendendo que muitos deles resultam do contágio com alunos sem quaisquer regras, onde se incluem os institucionalizados.

A responsável pelo Grupo de Gestão Disciplinar fez uma breve apresentação do projeto, que envolve 11 a 15 profissionais, muitos dos quais sem formação específica nesta área, e afirmou que o número de participações disciplinares tem vindo a decrescer significativamente nos últimos anos. Das 243 participações no ensino básico, 139 são de alunos do ensino vocacional. Referiu-se à necessidade de colocação de mais técnicos nas escolas, entendendo que um só psicólogo não consegue acudir a todos os casos e defendeu ainda à importância de um trabalho de mediação de conflitos entre professores e alunos.

A Sra. Vereadora da Educação da Câmara Municipal de Odivelas referiu-se à parceria estabelecida com a escola, dada a necessidade de combater os problemas de insucesso e abandono precoce. Fez uma breve apresentação do projeto SEI, inicialmente previsto apenas para o 3.º ciclo, tendo aberto, posteriormente, quatro gabinetes de apoio psicológico, que prestam também apoio aos pais, professores e assistentes operacionais. Terminou, considerando fundamental o investimento no apoio aos alunos desde muito cedo e lamentou que as autarquias não possam fazer a aquisição de mais técnicos, por força das imposições da Lei do Orçamento do Estado e da Lei das Finanças Locais.

A Sra. Subdiretora apresentou algumas das medidas do Agrupamento, tendo em vista o combate à indisciplina escolar, de entre as quais se destacam: criação do Gabinete de Gestão Disciplinar, o Projeto SEI, o Projeto Sucesso +, a oferta formativa, Gabinete de Apoio em Psicologia.

O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho, Deputado Rui Pedro Duarte, agradeceu a todos a presença e o trabalho que desenvolvem diariamente nas escolas e endereçou um convite para a Conferência que o Grupo de Trabalho vai levar a cabo na Assembleia da República, no dia 20 de maio, e que pretende constituir o culminar da sua atividade.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A documentação das visitas e reuniões de trabalho encontra-se disponível na [página do Grupo de Trabalho, na internet](#).

Palácio de S. Bento, 23 de junho de 2015

A assessora da Comissão
Cristina Tavares